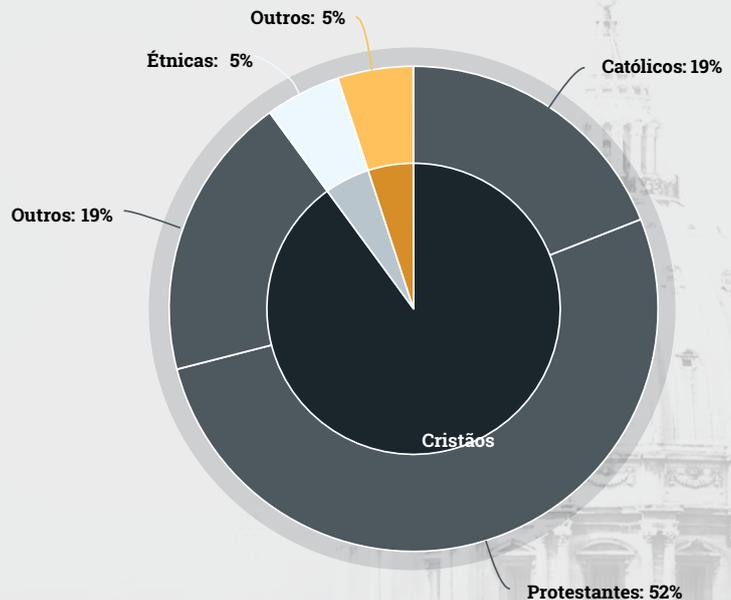


Ilhas Salomão



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Através do Ministério do Interior, o Governo deu continuidade ao equilíbrio entre os direitos constitucionalmente protegidos de liberdade religiosa e liberdade de expressão, e manutenção da ordem pública, de acordo com o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014 do Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho.^[1]

Enquanto religião maioritária, o Cristianismo permeia todas as áreas da vida religiosa. Os grupos religiosos gerem várias escolas e serviços médicos. A maior parte das escolas geridas por grupos cristãos, como por exemplo a Igreja Católica e a Igreja Anglicana da Melanésia, recebem subsídios estatais e o programa das escolas públicas inclui uma hora diária de instrução religiosa. O conteúdo destas aulas é decidido pelas cinco Igrejas que pertencem à Associação Cristã das Ilhas Salomão (SICA), mas os pais que se opõem conseguem que os seus filhos tenham dispensa das aulas de educação religiosa.

INCIDENTES

Embora os ilhéus tenham sido em grande medida tolerantes para com as diferentes crenças religiosas, houve alguns

relatos de disputas sociais nos grupos religiosos. A violência nas comunidades religiosas nas zonas rurais ocorreu quando estava em risco o controle financeiro ou dos bens imóveis da comunidade religiosa. A situação foi exacerbada por divisões étnicas ou políticas na comunidade. Em alguns casos, o Governo interveio para mediar disputas. A SICA, que é uma organização não-governamental ecumênica, também desempenha um papel de liderança na sociedade e promove relações inter-religiosas positivas. O grupo organizou atividades religiosas conjuntas e incentivou a representação variada nos eventos nacionais.

O Governo requer que as instituições religiosas registrem a sua organização, embora nenhum grupo tenha visto recusa da oportunidade de se registrar. A Constituição garante aos cidadãos o direito à prática religiosa, a mudar de religião e a fazer proselitismo, e prevê a liberdade de estabelecer educação religiosa não obrigatória.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

As Ilhas Salomão continuaram discutindo políticas sobre liberdade religiosa com o Governo dos Estados Unidos através da embaixada na Papua Nova Guiné e o gabinete da agência consular. Representantes da embaixada reuniram com membros da Comunidade Bahá'í, da Igreja Anglicana da Melanésia, da Igreja Evangélica dos Mares do Sul e com religiosas católicas para discutirem a importância da liberdade religiosa.

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>